

ATA DA 4ª REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

27 de março de 2014

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão extraordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos de Sousa, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de vinte de março: _____

Ponto um - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior _____

Ponto dois - Organização do ano Letivo: apreciação e votação da proposta de parecer da Comissão Permanente _____

Ponto três - Assuntos diversos _____

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, Anabela Grácio, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Manuel Ascensão Belém, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Octávio Soares Mesquita, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro e Telmo Eduardo da Costa Marreiros Soares, num total de vinte e dois. Estiveram ausentes os conselheiros Fátima do Céu Carola Moreira, Filinto Virgílio Ramos Lima, Manuel Figueira Castilho Esperança e Paulo Jorge de Sousa Ferreira. _____

Ponto um - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

Não houve qualquer proposta de correção ou alteração à ata. Posta à votação, foi aprovada com dezanove votos a favor e três abstenções dos conselheiros Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro e Telmo Eduardo da Costa Marreiros Soares por não terem estado presentes na reunião. ____

Ponto dois - Organização do ano Letivo: apreciação e votação da proposta de parecer da Comissão Permanente. _____

O Presidente começou por apresentar, brevemente, a proposta de parecer convidando os conselheiros António Ventura e Isabel Le Gué a fazerem uma apresentação mais profunda do mesmo, uma vez que tinham sido os responsáveis pela sua redação. _____

Tomou a palavra o conselheiro António Ventura que deu algumas explicações sobre a forma como foi organizada a proposta de parecer, sobre as linhas de força que

estiveram presentes na sua elaboração, sobre os constrangimentos encontrados e as propostas apresentadas por diversos conselheiros. _____

A conselheira Isabel Le Gué subscreveu as palavras do conselheiro António Ventura evidenciando a importância do lançamento do ano letivo e daí a pertinência do parecer. _____

O conselheiro João Belém congratulou-se com o trabalho da Comissão Permanente e realçou a importância do documento apelando a que o mesmo seja lido e ouvido pela tutela. _____

A conselheira Anabela Grácio revê-se plenamente na forma e no conteúdo do parecer e felicita os responsáveis pela sua elaboração. _____

A conselheira Celeste Sousa concorda com a colega Anabela e considera que os diretores que representa também se revêm neste documento. Levantou a questão das atividades extra curriculares - AEC, serem tratadas todos os anos tardiamente por parte da tutela. Também referiu a problemática do elevado número de alunos por turma. _____

A conselheira Margarida Fonseca felicitou a Comissão Permanente e os responsáveis mais diretos pela elaboração da proposta e afirmou que se revê na forma e conteúdo, levantando no entanto duas questões: O que se entende sobre o Conselho Geral tomar decisões sobre a distribuição do crédito global e a questão das horas a atribuir no âmbito do Plano Tecnológico da Educação - PTE estarem relacionadas com a dimensão da Escola, sugerindo se não seria antes de se relacionar com o tipo de equipamento que esta tem. _____

O Presidente respondeu, informando que tem de ser o Conselho Geral a definir as regras de distribuição das horas do crédito já que, se defendemos uma maior autonomia das escolas, é absolutamente necessário compreendermos que os poderes e as competências que vierem a materializa-la serão transferidos para todos os órgãos de administração e gestão da Escolas, uma vez que a autonomia é desta e não de nenhum daqueles em particular. _____

O conselheiro António Ventura esclareceu, no caso do PTE, que foi seguido este critério para não se cair na situação de ser o número de computadores a variável a utilizar para atribuição do crédito de horas. _____

O conselheiro António Castel-Branco deu os parabéns à Comissão Permanente. Considera que o número de horas para o PTE é insuficiente para alguns agrupamentos que têm várias escolas e que neste caso o Conselho estaria a limitar demasiadamente os recursos das Escolas. Realça a preocupação com o atual horário de trabalho dos docentes, interrogando-se sobre se, nomeadamente, não deveria ser definida a componente individual de trabalho. Considera ainda que o apoio ao estudo no 2.º ciclo deve ser integrado na componente letiva. Referiu também que existe diferente entendimento entre a DGEstE e a Inspeção-Geral da Educação e Ciência relativamente à questão do número de alunos por turma, nomeadamente quem aprova quando é ultrapassado o limite previsto na legislação. _____

A conselheira Lucinda Ferreira esclareceu a razão da forma como está referenciado o cálculo do crédito de horas para o PTE e que este está incluído num todo que é o crédito global da escola. _____



O conselheiro Telmo Soares deu os parabéns pelo trabalho realizado, mas considera que se está a abdicar da exigência de que ao subdiretor não seja concedida componente letiva, à semelhança do diretor. _____

A conselheira Isabel Le Gué respondeu a esta questão afirmando que compreendia a preocupação expressa pelo conselheiro Telmo Soares, mas considera que a atual proposta de redação reafirma verdadeiramente a autonomia das escolas nesta matéria, na medida em que se defende a possibilidade de serem as escolas a atribuir ou não essa componente letiva. _____

O conselheiro Carlos Percheiro disse que o parecer está muito bem estruturado e a qualidade do texto é muito dignificante pelo que dá os parabéns à Comissão Permanente. Fez algumas considerações sobre a autonomia, afirmando que esta é proclamada mas que não se verifica. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes considera que o número de horas para o coordenador de escola nalguns casos é insuficiente e que há falta de um responsável em permanência. _____

O conselheiro António Ventura referiu que não é fácil começar a trabalhar um parecer, pelo que se sente satisfeito com o trabalho realizado e que este serve também para mostrar que a Comissão Permanente não é a única a dar ideias, pois todas as que foram transmitidas por outros conselheiros e não só, mas também por diretores que não pertencem ao Conselho das Escolas, foram tidas em conta. _____

O conselheiro Fernando Elias considera que começam a ficar claro duas questões fundamentais e estruturais: a lógica de uma maior autonomia e de uma menor prescrição e a segunda que é a tutela a prescrever. Entende que a primeira situação é mais eficaz isto é anti prescritivo, devendo-se evitar horas muito definidas pelo que propõe a eliminação do número de horas que se verifica nalgumas situações como é o caso do PTE. _____

O Presidente esclareceu algumas das questões já levantadas, nomeadamente que a questão do horário dos docentes não é matéria da OAL. No caso do apoio ao estudo considera que deve ser o MEC a definir que tarefas e atividades se incluem na componente letiva e que outras se incluem na componente não letiva. _____

O conselheiro Carlos Percheiro entende que é difícil fazer alterações pontuais ao parecer pois pode-se quebrar o fio condutor. _____

O conselheiro António Castel-Branco concorda que realmente é muito importante não desvirtuar o documento pelo que as alterações devem respeitar a linha condutora do mesmo. _____

A conselheira Rosalina Pinheiro acha o documento excelente, mas reforça a questão da conselheira Celeste Sousa relativamente às AEC pelo que no ponto 10 se deveria acrescentar uma alínea sobre essa matéria. _____

O conselheiro Fernando Elias subescreveria a importância dessa questão, não a colocando, porém, neste documento, mas sim que a Comissão Permanente se viesse a poder pronunciar nessa matéria em concreto. _____

O Presidente após o período de discussão e reflexão e não havendo qualquer proposta de alteração, colocou o parecer à aprovação do plenário, o qual foi aprovado por unanimidade. _____

Ponto três - Assuntos diversos. _____

Neste ponto foram abordados diversos assuntos: _____



O Presidente deu conta da correspondência recebida e expedida bem como de convites de várias entidades para participar em ações/atividades em representação do Conselho. Informou que há um pedido de parecer sobre a constituição e funcionamento dos centros de formação de associação de escolas (CFAE), solicitado por S. Exa., o Sr. Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar. Informou também que indicou o conselheiro Fernando Elias para trabalhar esse parecer com a colaboração dos restantes conselheiros. Pediu a todos um esforço suplementar para a elaboração e aprovação deste parecer até ao próximo dia 9 de abril. _____

Da mesma forma, pediu o máximo empenho de todos no apoio ao conselheiro José António Sousa na redação de um parecer/recomendação sobre a rede escolar, de forma a estar também pronto a tempo da próxima reunião. _____

Deu conhecimento de outras duas propostas de trabalho, uma relativa à portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro e outra relativa à avaliação do pessoal docente, cuja redação está a ser liderada pelos Conselheiros Fernando Almeida e Fernando Elias, respetivamente. _____

Deu conhecimento do convite aos diretores de todas as escolas para escreverem artigos de opinião a colocar na página do Conselho das Escolas. _____

Devolveu de seguida a palavra ao Plenário para os conselheiros poderem abordar os assuntos que entendessem relevantes. _____

A conselheira Celeste Sousa refletiu novamente sobre as AEC colocando algumas dúvidas, considerando que era muito importante saber qual a política sobre o futuro destas. _____

O conselheiro Fernando Almeida deu conta ao plenário que alguns diretores de Escolas o tinham informado da dificuldade em cumprir os programas de matemática no 5.º e 7.º anos de escolaridade. Caso essa dificuldade seja extensiva à maioria dos agrupamentos considera que esta deveria ser colocada superiormente. _____

O conselheiro Luís Fernandes referiu-se às AEC e aos técnicos que as lecionam, dando conta de dificuldades inerentes à sua operacionalização. _____

O conselheiro Fernando Elias referiu que temos que nos centrar no essencial, neste caso no que parece ser mais prioritário, nomeadamente na elaboração dos pareceres já referidos. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz partilhou a sua experiência enquanto diretor de agrupamento promotor de AEC e levantou a questão da dificuldade no funcionamento dos agrupamentos com o atual rácio dos funcionários. _____

A conselheira Júlia Gradeço partilhou a sua preocupação com o perfil dos docentes para a lecionação das AEC bem como sobre a sua implementação. _____

O conselheiro Alexandre Canadas referiu que as dificuldades de cumprimento dos programas de matemática, anteriormente referidas, eram extensivas ao 3.º ano de escolaridade. _____

O Presidente considerou que é preferível cada agrupamento fazer o levantamento da situação junto do grupo de matemática e caso se verifique a situação exposta, dar dela conhecimento à DGE. _____

O conselheiro José António Sousa retomou o assunto das AEC já que entende que este é um problema centrado no estatuto dos respetivos docentes e na articulação entre a



escola e a entidade promotora, referindo ainda as dificuldades existentes na operacionalização do processo. _____

A conselheira Margarida Fonseca referiu que há contradições entre a DGESTE e a DGAE, nomeadamente na contagem do tempo de serviço e que a avaliação dos diretores é também uma questão que devia ser analisada. _____

O conselheiro Telmo Soares considerou que se devia propor uma remodelação do modo de funcionamento do ensino profissional. _____

Ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente deu conta da proposta apresentada pelo conselheiro Luís Henrique para que o Conselho das Escolas pudesse organizar eventos que se constituíssem como formação/divulgação e promoção das Escolas públicas. Do seu ponto de vista, seria vantajoso para as Escolas que o Conselho das Escolas organizasse seminários/conferências dirigidos a diretores, a exemplo, aliás, do que já se fez no passado recente. Exortou os membros do Conselho a refletirem sobre o assunto e a apresentarem contributos para realizações desta natureza. _____

O conselheiro António Ventura avançou com a proposta de um seminário com as diferentes entidades envolvidas na organização das AEC. _____

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, composta por cinco folhas, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fernando Filipe de Almeida, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Fernando Filipe de Almeida _____

José Eduardo Lemos _____

